

PROCESSO N° : 2016/24830/003963
UNIDADE GESTORA : 248300 - finan, 248400 – prev, 244199 – consol.
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2016
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 55/2017

SGD N° 2017/09049/000830

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual do **Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016, alterado pelo Decreto n° 5.573, de 27 de janeiro de 2017.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2016**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, à **fl. 319**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta **superávit** orçamentário de **50,70%**, o que indica a boa situação da execução orçamentária da unidade.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um **bom** nível de execução com percentual médio **acima do previsto**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	821.026.200,00	1.014.725.676,37	123,59
Receita Correntes Intra Orçamentárias	433.030.996,00	338.610.459,04	78,20
(-) Deduções da Receita	-48.604,00	-101.122,42	-
TOTAL	1.254.008.592,00	1.353.235.012,99	107,91



FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
241	1.254.008.592,00	1.353.235.012,99	107,91
TOTAL	1.254.008.592,00	1.353.235.012,99	107,91

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um nível **bom** de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **53,19%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	698.815.564,00	663.578.528,83	94,96
Despesa de Capital	4.654.436,00	3.627.210,98	77,93
Reserva de Contingência	550.968.592,00		
TOTAL	1.254.438.592,00	667.205.739,81	53,19

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	430.000,00	418.071,71	97,23
241 - Recursos Previdenciários	1.254.008.592,00	666.787.668,10	53,17
TOTAL	1.254.438.592,00	667.205.739,81	53,19

3.4 As alterações no orçamento inicial, verificado à fl. 319, **refletem um aumento** de **0,01%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 1.353.235.012,99**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 153.033.141,39**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 5.425.035,84** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 3.624.059.219,25**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 667.205.739,81**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 152.620.602,55**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 222.813.221,00**, restando saldo de **R\$ 4.093.112.846,11** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, à fl. 330.

3.5.1 A despesa de custeio administrativo do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, na ordem de **R\$ 15.839.270,29**, fl. 303, correspondente ao custeio necessário à organização e ao funcionamento da entidade, **0,58%** do total das remunerações, proventos e pensões dos segurados, relativas ao exercício de 2016 (cálculo efetuado sobre o exercício anterior), dentro, portanto, do limite de **2%** estabelecido no art. 69 da Lei nº 1.614, de 4 outubro de 2005, alterada pela Lei nº 1.837/2007.



3.6 O Balanço Patrimonial, à **fl. 350**, demonstra uma situação **negativa** dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Ativo Circulante é **bem maior** que o Passivo Circulante, indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo.

3.6.2 O resultado da comparação do **Ativo Não Circulante**, composto pelo Ativo Realizável a Longo Prazo, Imobilizado com o **Passivo Não Circulante**, representado pelas Provisões a Longo Prazo, revela que o valor dos compromissos de longo prazo corresponde ao percentual de **9.667,48%**, percentual considerado alto.

3.6.3 Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 4.229.494,88**, deste montante, **R\$ 5.828,87** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 4.229.494,88** restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro à **fl. 330**.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado à **fl. 325**, do qual foi liquidado e pago **R\$ 220.178,18** e cancelado **R\$ 105.823,69**, não restando saldo, ausente de justificativa dos cancelamentos.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado à **fl. 327**, foi pago **R\$ 11.642,85**, não havendo montante cancelado, tampouco saldo restante.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **superávit** financeiro de **R\$ 4.093.054.453,22**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 4.097.289.776,97**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 4.235.323,75**, conforme **fl. 356**.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado, **fl. 350**, no valor total de **R\$ 9.212.546,79**, já deduzida a depreciação, não havendo, todavia, informações quanto a posição física do SISPAT, conforme Nota Explicativa às **fls. 450 a 453**, da SECAD, no entanto, a mesma é insuficiente para fundamentar a deficiência de controle patrimonial do exercício em análise. Ademais, a ausência da posição física do SISPAT, impossibilita os técnicos desta Controladoria Geral do Estado em confrontar as contas contábeis patrimoniais dispostas no SIAFEM com os grupos de contas do SISPAT. Ressalta-se que por força legal o mantenedor do sistema patrimonial SISPAT é a Secretaria da Administração, do qual são usuários os órgãos e entidades do Poder Executivo.

3.7.1 Não houve registro de saldo de bens móveis próprios ou de terceiros, em processo de localização, no exercício em análise.



[Handwritten signatures and initials]
3

3.8 A conta contábil "Estoques", fl. 350, apresenta saldo no valor de **R\$ 71.597,31**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, à fl. 459.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa", fl. 350, registra saldo no valor total de **R\$ 10.588.266,41**, consoante extrato e conciliações bancárias às fls. 491 a 1628.

3.9.1 Registra-se ainda, saldo na conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, no valor de **R\$ 4.082.524.579,70**, devidamente conciliado com os extratos e demonstrativos bancários às fls. 491/1628.

3.10 As contas do Passivo Circulante, fl. 350, totalizam um saldo de **R\$ 5.828,87**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

3.11 Consta registro de saldo na conta "Passivo Não Circulante", fl. 350, no valor de **R\$ 28.754.961.838,07** a título de "Provisões a Longo Prazo", não tendo constituído Dívida Fundada, conforme evidenciado no demonstrativo às fls. 364 e 367.

3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 1.685.758.523,37** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 3.652.976.433,96**, demonstrando resultado patrimonial **negativo** do período, no montante de **R\$ 1.967.217.910,59**, conforme demonstrado à fl. 343.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de **R\$ 4.093.112.846,11**, à fl. 370.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes ao **Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **03** (três) processos de adesão em ata de registro de preços destinados à aquisição de material permanente e serviço e **01** (um) parecer técnico, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.2 A Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados em **2016, 8** (oito) atendimentos via telefone para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.



4.3 Houve acompanhamento e avaliações quadrimestrais, durante todo o exercício de **2016**, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, tendo participação ativa do setor de planejamento da entidade, que foi primordial para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado realizou Auditoria de Regularidade no **Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins**, no exercício em análise, não tendo ainda encaminhado o respectivo relatório a unidade gestora, conforme informado à fl. **1.637**.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. **114 a 158**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para ao **Instituto de Previdência do Estado do Tocantins**, com contribuição do **Fundo de Previdência do Estado do Tocantins e Fundo Financeiro**, foram desenvolvidos com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 3.051/2015(PPA 2016-2019) e a eficiência e eficácia dos projetos e atividades por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 3.052/2015 (Lei Orçamentária Anual – LOA)

6.1.2 A execução das ações de gestão com meta física do Fundo Financeiro, envolvendo um total de **04** (quatro), sendo **03** (três) de natureza atividade e **01** (um) projeto, demonstram que a avaliação feita com base nos índices de gestão de produtividade explicita um alto grau de eficiência com execução média de **125,75%**, apesar da baixa execução orçamentário-financeiro de **57,55%** do valor autorizado, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. **125 a 129**.

6.1.2.1 A execução das ações de gestão do Fundo Financeiro, envolvendo um total de **05** (cinco) ações orçamentárias, sendo todas de natureza atividade, demonstra que as mesmas tiveram uma significativa contribuição, uma vez que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de **95,20%** de execução no Programa de Gestão e Manutenção da Pasta, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. **120 a 124**.

6.1.3 A execução das ações de gestão do Fundo Previdenciário, envolvendo um total de **02** (duas) ações orçamentárias, sendo **01** de natureza atividade e outra de natureza projeto, demonstra que as mesmas não tiveram uma significativa contribuição, uma vez que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de **0,086%** de execução no Programa de Gestão e Manutenção da Pasta, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. **130 e 131**.



5 

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. 1.630 a 1.633, um quantitativo de **176** servidores ativos, sendo que **02** servidores foram admitidos no exercício de **2016** por meio de concurso e **22** por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Jacques Silva de Sousa, Floriano Rodrigues Alves** e outros relacionados neste processo, fl. 10, **COM RESSALVA** aos itens **3.6.2, 3.6.3.1, 3.7**, deste relatório

DIRETORIA DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO, em Palmas, aos 27 dias do mês de março de 2017.


Paulo Henrique Alves Pereira
Analista/GEAP


Cristiane Dalastra
Analista/Contador


Pedro Pires de Castro Guedes
Analista/Supervisor


Wellington Júnior Silveira
Gerente de Auditoria em Gestão Administrativa

I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.
Em: 27/03/2017


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

